**ACÓRDÃO Nº 62.002
(Processo TC/514932/2009)**

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio ASIPAG nº 001/2008 **Responsável/Interessado(a):** JOÃO MACHADO FURTADO e ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, "b", "d" e "e" c/c o art. 62, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012 e nos arts. 9, 10, 10-A e 11, da Lei nº 8.429/92:

1- Julgar irregulares as contas, de responsabilidade do Sr. JOÃO MACHADO FURTADO, CPF n.º 116.278.082-72, gestor da Associação de Assistência aos Idosos do Município de Belém, condenando-o à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), devidamente corrigidas a partir de 19/03/2008, e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

2- Encaminhar cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual para que adote as providências cabíveis, uma vez que resta configurado, em tese, ato de improbidade administrativa.

O valor Supracitado Deverá ser recolhido, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão do Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito apontado em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

**ACÓRDÃO Nº. 62.003
(Processo TC/517500/2009)**

Assunto: Prestação de Contas da SEDUC relativo ao exercício financeiro de 2008 **Responsáveis/Interessados:** IRACY DE ALMEIDA GALLO RITZMANN FERNANDO JORGE DE AZEVEDO

ELY BENEVIDES SOUSA FILHO

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b", "c" e "d" da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1- Julgar irregulares as contas e condenar a Sra. IRACY DE ALMEIDA GALLO RITZMANN (CPF:208.367.322-00), Ex-Secretária de Estado de Educação, solidariamente com os Srs. FERNANDO JORGE DE AZEVEDO (CPF: 038.235.392-72) e ELY BENEVIDES SOUSA FILHO (CPF: 749.637.082-72), Secretários Adjunto de Gestão/SEDUC à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$21.099.811,96 (vinte e um milhões, noventa e nove mil, oitocentos e onze reais e noventa e seis centavos), devidamente atualizado e acrescido de juros de mora até a data de seu efetivo pagamento, que deverá ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado;

2- Recomendar à SEDUC que:

a) Atente para os casos de exoneração de servidores, que a posteriori sejam identificados, no resultado de sindicância, como responsáveis por infrações disciplinares puníveis com demissão, com vistas a resguardar administração pública da contratação de servidores inidôneos;

b) Verifique previamente, nos casos em que contratação tiver por base inciso XXIV, artigo 24, da Lei 8666/93, se os serviços são considerados de interesse social, e prestados diretamente pela Organização Social nos termos do Decreto nº 3.876, de 21 de janeiro de 2000, e se estão previstos no Contrato de Gestão firmado pela prestadora de serviços;

c) Realize efetivo planejamento das aquisições, com vistas a evitar as aquisições diretas (dispensa de licitação) por urgência, pela ausência ou inadequado planejamento;

d) Observe, nos casos das aquisições de bens e serviços, com fulcro no art. 24, incisos XIII e XXIV, a conformidade da natureza da instituição e o objeto a ser contratado, além de comprovada razoabilidade dos preços cotados, com vistas a atender a verificação da economicidade das contratações;

e) Faça constar na instrução dos processos de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, que justifique dispensa, quando for caso;

f) Realize efetiva liquidação da despesa, com vistas a inibir o recebimento fictício de materiais e serviços com consequente pagamento irregular da despesa;

g) Abstenha-se de realizar contratos verbais, observando as disposições constantes dos art. 60 e 62 da Lei 8666/93;

h) Realize o efetivo controle patrimonial dos bens, visando coibir possíveis desvios;

i) Realize o acompanhamento de instalação, capacitação e a efetiva utilização das lousas interativas adquiridas pela Secretaria, visando o atingimento social dos serviços propostos na aquisição;

j) Coiba as autorizações de adiantamentos por meio de suprimento de fundos, que visem transferência e utilização dos valores por terceiros, com vistas ao atendimento do art. 9º do Decreto Estadual nº 1.180/2008.

k) Realize a devida avaliação preliminar dos processos de aquisição de bens e serviços, com vistas a coibir erros na classificação contábil da despesa, quanto ao registro do tipo de licitação ou outras falhas que comprometam os resultados contábeis;

l) Proceda a assinatura dos documentos contábeis NE, NL OB, com devida identificação do servidor responsável juridicamente, para responder por aqueles atos administrativos, para o qual foi designado.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, §3º da Constituição Federal.

**ACÓRDÃO N.º 62.004
(Processo TC/530688/2009)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEPOF/FDE n.º 298/2008. **Responsáveis/Interessado:** LUIZ GONZAGA LEITE LOPES e PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.

Impedimento: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (Art. 178, do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. LUIZ GONZAGA LEITE LOPES e da Sra. Francineti Maria Rodrigues Carvalho, ex-prefeitos do município de Abaetetuba.

**ACÓRDÃO N.º 62.005
(Processo TC/507898/2010)**

Assunto: Prestação de Contas da SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, referente ao exercício financeiro de 2009.

Responsáveis: ORLANDO BORDALLO JÚNIOR e WILSON MODESTO FIGUEIREDO

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 56, inciso II, e art. 61, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar Regulares com Ressalva as contas de responsabilidade do ex-Secretários de Estado de Administração, Sr. ORLANDO BORDALLO JÚNIOR (período 01/01/2009 a 16/08/2009), no valor de R\$ 19.062.778,44 (Dezenove milhões, sessenta e dois mil, setecentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), e Sr. WILSON MODESTO FIGUEIREDO (período 17/08/2009 a 31/12/2009), no valor de R\$ 31.057.355,74 (Trinta e um milhões, cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos);

2) Recomendar à SEAD que:

a) Proceda ao arquivamento dos processos de prestação de contas, de forma que as fiscalizações não sejam prejudicadas em função da falta de organização documental;

b) Aprimore os controles na instrução da documentação comprobatória de aplicação de diárias;

c) Sejam devidamente numeradas e rubricadas todas as páginas que instruírem processo, com intuito de prevenir a inserção ou supressão de documentos, garantindo assim, a fidedignidade e transparência das informações nos processos de prestação de contas;

d) Faça seu planejamento no sentido de aferir a necessidade real de material de consumo para um período de 12 (doze) meses, respeitando a anualidade orçamentária, realizando em seguida, licitações na modalidade compatível com prazos de entrega dos produtos previstas no contrato, de acordo com as necessidades;

e) Sejam observados os requisitos exigidos no art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, para que a administração efetue a locação de imóvel com dispensa de licitação em conformidade com os ditames legais; e

f) Organize todos os pagamentos realizados, apensando-os ao processo de origem, a fim de garantir a transparência e a prova da legalidade do ato.

**ACÓRDÃO N.º 62.006
(Processo TC/529314/2010)**

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SEDUC n.º 798/2009.

Responsável/Interessado: MARIA APARECIDA ALVES CAVALCANTE e CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL GETÚLIO VARGAS

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA **Formalizador da Decisão:** Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO (Art. 191, §3º, do RITCE-PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 56, inciso I, e art. 60, da Lei Complementar n.º 81 de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade da Sra. MARIA APARECIDA ALVES CAVALCANTE (CPF: 063.701.178-38), ex-Coordenadora do Conselho Escolar da E.E.E.F. GETÚLIO VARGAS, no valor de R\$ 3.620,00 (Três mil seiscientos e vinte reais), dando-lhe plena quitação.

**ACÓRDÃO Nº. 62.007
(Processo TC/532333/2009)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEDUC nº 007/2009

Responsável/Interessado: ÁGUEDA MOREIRA DA COSTA SÁ e CONSELHO ESCOLAR ESC. EST. ENS. MÉDIO SANTA MARIA DE BELÉM

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA **Formalizador da Decisão:** Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES (Art. 191, § 3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso II, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

I - Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade da Sra. ÁGUEDA MOREIRA DA COSTA SÁ, CPF: 199.270.292-68, Coordenadora à época do Conselho Escolar Esc. Est. Ens. Médio Santa Maria de Belém, no valor de R\$44.280,00 (quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta reais);

II - Recomendar à SEDUC que se abstenha de realizar convênios com os Conselhos Escolares, cujo resultado final seja a contratação de bens ou serviços para as Escolas Públicas Estaduais, devendo, nessa hipótese, promover o devido certame licitatório pelo órgão competente.

**ACÓRDÃO Nº 62.008
(Processo TC/544168/2019)**

Assunto: REFORMA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará,